

Panamazônia se une contra mineração ilegal

Categories : [Ramiro Escobar](#)

Diamantes na Guiana, ouro no Peru, Brasil, Bolívia, Colômbia, Venezuela. Bauxita – roca sedimentária que contém alumínio - em outros países da panamazônia. A exploração de minérios é uma praga que se estende há algumas décadas sobre o ecossistema amazônico e tem avançado com a proteção da impunidade, ao ponto de lugares como Huaypetue, no sudeste peruano, ter se convertido de bosque tropical a um deserto exausto e sombrio.

Durante anos, cada governo tem feito o que pode e, às vezes, suspeitosamente, muito pouco. Em Lima, durante um encontro que aconteceu em março passado, ministros do meio ambiente dos oito países membros da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) declararam ao final de um anexo que desenvolveriam uma “agenda estratégica” para combater a mineração ilegal.

[Guiana Francesa sofre com mineração ilegal de ouro](#)
[Estudo avalia mineração de ouro na Amazônia](#)

-

Após, criou-se um Grupo de Trabalho Especializado e, mais recentemente, foi feita uma solicitação junto à própria OTCA, através do Ministério do Ambiente do Peru, para uma breve reunião de seguimento à declaração. A determinação parece real, embora ainda seja necessário lutar contra a ínfima presença do Estado nas zonas amazônicas, corrupção e algo mais que pode ser difícil de vencer: o preço exorbitante do ouro.

Manuel Pulgar Vidal, ministro do Ambiente peruano disse, como parte desta iniciativa, que não se trata só de combater a mineração ilegal, mas também de “combater a pobreza”. No escuro poço da mineração ilegal, está o velho problema da falta de oportunidades. Soma-se a isso outras atividades ilícitas, como o tráfico de pessoas e prostituição, bem visíveis em zonas como Huaypetue. À desgraça humana também se incluem destroços à biodiversidade, que chegam a dimensões que espantam. Não é a toa que o livro GEO Amazônia, da própria OTCA, tenha a mineração como “uma importante ameaça para os ecossistemas aquáticos e terrestres da bacia amazônica”.

Ernesto Ráez, assessor de Pulgar Vidal, lembrou com precisão trágica: “a mineração aluvial (que se realiza nos rios) transforma os espelhos de água em montanhas de cascalho”. Trata-se de algo irremediável, que afeta o ciclo d’água, a renovação da floresta, a reprodução de peixes, o habitat de mamíferos, sem falar no mercúrio que vai parar nos rios. De acordo com Ráez, no território peruano a mineração ilegal seria responsável pelo desmatamento de 30 mil hectares. No Suriname, a WWF calculou uma quantidade similar de florestas degradadas pela atividade, além

de 2.200 quilômetros de rios comprometidos. Enquanto a Amazônia for “de ninguém”, a tentação do ouro se manterá. Neste contexto a praga já é transnacional e o propósito dos ministros ambientais parece plausível - sempre e quando seja traduzido em ações reais e que não retrocedam.

De 3 a 7 de maio, no Equador, a Comunidade Andina realizou uma reunião sobre mineração ilegal, com relação a esta iniciativa. Curioso que isto aconteça justo após uma declaração do presidente Rafael Correa. De acordo com a agência AFP, o ex-presidente García, do Peru, teria lhe dito – referindo-se às FARC e à Amazônia – “eu nem me preocupo, isso é tão grande que ninguém sabe o que tem lá”.

Se as FARC podem passar por baixo do tapete, o mesmo pode acontecer com a mineração ilegal e demais ameaças sofridas pela região, pois como eu já disse em outra coluna, a Amazônia é “floresta ausente” no discurso político. No entanto, se os ministros do meio ambiente amazônicos conseguirem reverter não só o avanço da mineração ilegal, mas também a estreita visão de nossos líderes, terão dado início a uma grande revolução nos ecossistemas e nas mentalidades.

Ramiro Escobar *Jornalista peruano especializado em temas ambientais e internacionais. Escreve no Peru para os jornais La República, a revista PODER e a agência Notícias Aliadas. Na Espanha, suas reportagens saem no jornal El País e na revista GEO.*